

**ATA DA REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM
OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS
SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS - RURAL**

1 Aos 20 dias do mês de outubro de 2015, as 09hrs13min, na Cidade Administrativa de Minas Gerais,
2 no 14º andar da Sede da Companhia de Habitação de Minas Gerias, situada a Rodovia Prefeito
3 Américo Gianetti, 4001, Edifício Gerais, 14º andar – Serra Verde – Belo Horizonte/MG, reuniu-se
4 ordinariamente a Mesa de Diálogo, com o objetivo de relatar e buscar alternativas para a solução
5 pacífica dos conflitos fundiários localizados nos municípios de Presidente Olegário, Bocaiúva e
6 Araguari. Tendo como princípio “Ouvir para Governar”, sob a coordenação do Sr. Diretor Técnico
7 da RURALMINAS, **Alexandre de Lima Chumbinho**, e com a participação do Presidente da Mesa
8 de Diálogo, Sr. **Hélcio Martins Borges** (Companhia de Habitação de Minas Gerias - suplente),
9 **Lígia M. Alves Pereira** (Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão -
10 titular), **Romero Wagner do Carmo** (Secretaria de Estado de Governo – suplente), **Rômulo**
11 **Carvalho Ferraz** (Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais – titular), **José**
12 **Gomes Ribeiro** (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - titular), **Wilton Miranda**
13 (Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania- suplente), **Aldenir**
14 **Viana Pereira** (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – suplente), **Haldicélia M.Silva**
15 (Secretaria de Estado de Defesa Social – representante), **Herbert Ferreira Lanza Avelar** (Polícia
16 Capitão da Militar de Minas Gerais - suplente), **Alberto Diniz Junior** (Desembargador do Tribunal
17 da Justiça do Estado de Minas Gerias – titular) **Danilo Antônio de Souza Castro** (Advocacia Geral
18 do Estado - titular), **Afonso Henrique de M. Teixeira** (Ministério Público - titular), **Ana Cláudia**
19 **Alexandre** (Defensoria Pública), **Maria de Fátima A. Martins** (Universidade Federal de Minas
20 Gerais – titular), **Lucas de Alvarenga Gontijo** (PUCMINAS – titular) e demais convidados,
21 conforme lista anexa. A pauta prevista do dia constava de: **1) Ocupação da Fazenda Vale Azul**
22 **(CUTRALE) – Município de Prata; 2) Ocupação da Fazenda Manga do Gustavo – Município**
23 **de Salto da Divisa.** A Sr.^a Lígia iniciou os trabalhos falando do papel da Mesa de Diálogo e em
24 seguida solicitou uma breve apresentação dos presentes. Encerrando as apresentações passou a
25 palavra para o representante da RURALMINAS o Sr. Lázaro Augusto dos Reis para coordenar os
26 trabalhos. Foi solicitado pelo Sr. Lázaro que os presentes ao se manifestarem que fizessem por meio
27 do microfone, motivo pelo qual a reunião ser gravada e logo após passou a palavra para o Dr. Afonso
28 de M. Teixeira. Deu início a sua fala dizendo que está à frente desta organização a 15 (quinze) anos,
29 no entanto considera um dos conflitos mais graves, afirmando que a empresa CUTRALE não é
30 proprietária da área. No oportuno fez apresentação com fotos e vídeos da fazenda e a ação da polícia
31 local algemando pessoas numa cerca. Disse que o Juiz da Vara Agraria do Estado de Minas

**ATA DA REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM
OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS
SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS - RURAL**

32 desconhece a realidade local, mostrou sua indignação como se deu a reintegração de posse, citando
33 que teve excessos da polícia militar, gerando assim violência dos direitos humanos. Asseverou que
34 vai fazer de tudo para responsabilizar o Estado pelo constrangimento que os acampados sofreram ao
35 serem algemados, afirmou que não deixará essa situação ficar apenas na esfera estadual. Deixou
36 claro que tem como premissa zelar pelas decisões judiciais e os direitos constitucionais dentre outras.
37 Ressaltou que este caso esta longe de ser acabado porque, segundo ele esta do lado da vida e não do
38 latifúndio. Logo após a apresentação o Sr. Lázaro pediu autorização para copiar as imagens e o
39 vídeo, sendo concedido. O representante do acampamento o Sr. Carlos Alberto Bueno (Carlão) disse
40 que ao ver as imagens se emocionou, exclamando só quem viveu sabe como foi bastante dolorido
41 tudo o que os trabalhadores passaram neste dia. Disse ainda o que foi mostrado é apenas uma parte
42 do que se tem registrado da ação da polícia militar, informou que a polícia tem gravado seu pedido
43 de misericórdia. Relatou que tem uma grande preocupação com as famílias, pois a desapropriação foi
44 feita de forma equivocada, relatou ainda que no dia 12 de dezembro de 2012 foi feita outra ação da
45 polícia militar, atropelou os trabalhadores e os colocaram debaixo de chuva. Foi dito ainda que o
46 helicóptero da polícia militar tem sobrevoado o acampamento, causando terror às famílias, explanou
47 dizendo que tem em mãos um ofício da polícia militar comunicando que receberam do Estado
48 autorização para reintegração de posse, perguntou como isso é possível se tinham uma reunião
49 agendada com os assentados. Reforçou dizendo que é necessário que a Mesa de Diálogo se dirija até
50 o local do acampamento. Finalizou dizendo que CUTRALE nunca foi dona da área e sua intenção é
51 acabar com o rio da prata para irrigarem as plantações de laranjas, ressaltou dizendo que não vão
52 deixar que isso aconteça, nem que tenham que gritar ao mundo. Em seguida a representante do
53 acampamento a Sr.^a Ana Rita iniciou sua fala dizendo da importância da Mesa de Diálogo,
54 explicando que é uma oportunidade dos trabalhadores serem ouvidos. Disse que não reconhece o
55 pedido de reintegração de posse, justificando que a empresa CUTRALE não é dona do sítio 2 (dois)
56 irmãos, onde se encontram o acampamento, dizendo que não estão ocupando a Fazenda Rio das
57 Pedras. Falou que quando recebeu o convite para reunião da Mesa, solicitou que não gostaria que
58 fosse colocado que a CUTRALE é dona da área. Informou que são 123 (cento e vinte três) famílias
59 acampadas nesse momento e já são quase 10 (dez) anos que vivem na área. O coordenador do
60 acampamento o Sr. Adão disse que foram humilhados pela empresa CUTRALE, relatou que perdeu
61 um colega atropelado, porquanto foram jogados as margens da BR, que a real intenção desta empresa
62 é ganhar em cima dos menos favorecidos. Na sequência o Desembargador o Dr. Alberto Diniz Júnior

**ATA DA REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM
OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS
SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS - RURAL**

63 disse que atou na Vara Agraria do Estado de Minas Gerais e neste período acompanhou todos os
64 conflitos de Minas Gerais, que tem tudo documentado (fotos, vídeos etc) na época foram 97% dos
65 casos que tiveram acordo. Disse ainda que o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania
66 para Demandas Territoriais Urbanas e Rurais e de Grande Repercussão Social – CEJUS Social não
67 avoca processos e não avocará, explicou que o processo funciona da seguinte maneira: ainda na fase
68 pré-processual, independentemente da judicialização, ou já na fase processual, o CEJUS Social
69 poderá atuar quando demandado por uma das partes envolvidas no conflito ou *ex officio*, ou seja,
70 localizada a demanda poderá chamar as partes e atuar. Colocou das dificuldades do INCRA e sempre
71 que vão à área, dizem que não tem interesse se retiram e deixam pro Estado resolver o problema.
72 Esclareceu que naquele momento não representava nenhum órgão, que apenas era mais um no
73 recinto na tentativa se solucionar os conflitos agrários. Completou dizendo que estava presente,
74 porém ainda não oficialmente no caso, para tanto a CEJUS Social remeterá um ofício ao Juiz o Dr.
75 Otávio, solicitando ingressar no caso, com objetivo de dialogar com todas as partes envolvidas, pois
76 acredita que irá adquirir bons resultados e no oportuno informou que procederá da mesma maneira
77 com caso da Ocupação Manga do Gustavo em Salto da Divisa de uma maneira simples e honesta. O
78 Advogado da empresa CUTRALE o Dr. Regis S. Aquino disse que o conflito não é bom para ambas
79 às partes, afirmou que a empresa não tem interesse em continuar com o conflito. Disse que em 2010
80 a CUTRALE adquiriu as terras de forma legal. Informou que já houve várias reintegrações de posse.
81 Informou que o INCRA esteve no local e concluiu que era uma área produtiva e não tinham interesse
82 em negociar, diante disso o processo seguiu dentro dos conformes e a empresa saiu vencedora,
83 resultando na reintegração de posse. Falou que a presença dos representantes da empresa na reunião
84 é solucionar sem que haja conflito. Afirmou que a CUTRALE não vai tirar água de lugar nenhum
85 ilegal, para tanto estão providenciando a documentação necessária e esclareceu que a empresa luta
86 pela dignidade, informando que são quase 500 (quinhentos) trabalhadores diretos, e estão com 200
87 (duzentos) trabalhadores na colheita de laranja. Em seguida o Advogado da CUTRALE o Sr. Daniel
88 Calanzas disse que o Tribunal de justiça precisa da informação de quem era a posse da área e foi
89 decido juridicamente que a posse pertence à empresa CUTRALE. O advogado da empresa o Dr.
90 Carlos Roberto Maurício pediu a palavra para fazer uma pequena contextualização, dizendo que
91 acompanhou todo processo e afirma que não houve incêndio de barracos, ninguém jogou os
92 trabalhadores na beira da pista, houve determinação de reintegração de posse, a CRUTALE precisou
93 ceder os caminhões para que os assentados saíssem do local, continuou falando que a empresa nunca

**ATA DA REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM
OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS
SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS - RURAL**

94 se negou a oferecer ajuda, para tanto não cabe à empresa arrumar local para os ocupantes, ressaltou
95 que a CRUTALE faz questão de auxiliar no que pode pra promover a paz social. Logo após a
96 representante da Defensoria Pública a Sr.^a Ana Cláudia disse que anotou todos os relatos que foram
97 feitos e tomará todas as providências cabíveis, pois ressaltou que é inadmissível aceitar excessos por
98 parte dos órgãos públicos no sentido de violar os direitos humanos. Afirmou que o vídeo
99 apresentando mostra com toda certeza que houve violação de direitos. Disse ainda que não há
100 instrução probatória na Vara Agrária, diante disso os elementos nos autos são precatórios. Na
101 oportunidade solicitou os representantes dos acampados toda relatoria referente aos abusos sofridos
102 para se possa fazer reparação do dono moral. O Capitão Herbert, representante da Polícia Militar de
103 Minas Gerais disse que a PM é membro permanente da Mesa de Diálogo e em seguida fez a leitura
104 do ofício que a instituição recebeu solicitando apoio ao oficial de justiça para cumprir a ordem
105 judicial de reintegração de posse. Disse ainda que acreditava que essas possíveis violações já devem
106 ter chegado ao departamento da PM, para tanto estão de portas abertas para ouvir a todos. Fez
107 questão de deixar claro que sempre respeitam e a PM é uma instituição transparente. O Dr. Rômulo
108 Carvalho Ferraz, representante da Secretaria de Estado da Casa Civil e de Relações Institucionais do
109 Governo de Minas Gerais sugeriu a Mesa aderir à proposta do Dr. Alberto Diniz e disse mais, que
110 solicitarão a suspensão da reintegração de posse até o final das negociações que serão realizadas *in*
111 *loco*. O representante da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania
112 o Sr. Wilton Miranda reforçou a visita da Mesa no local e disse que a SEDPAC irá acompanhar o
113 processo de reintegração de posse para evitar qualquer tipo de violação dos direitos. O Dr. Afonso
114 asseverou dizendo que não tem que apurar os fatos, pois já estão apurados e ilustrou os fatos
115 abusivos por parte da polícia, ponderou que então não há necessidade de apuração, mas sim que saia
116 a sentença desta ação, disse ainda que solicitou ao comandante da polícia qual seriam os critérios de
117 utilização das aeronaves principalmente no que tange a este acampamento e exigiu que se fizesse
118 uma ação reparatória. A Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão a Sr.^a
119 Lígia M. Alves Pereira ressaltou que nem tem dúvidas que o Governo acertou ao criar a Mesa de
120 Diálogo, pois evitarão que ocorra o que aconteceu no ano de 2012. Destacou a importância da Mesa
121 de Diálogo ir ao local para realizarem um relatório. Continuou solicitando que a PM informe a Mesa
122 de Diálogo quais os critérios de uso do helicóptero nas reintegrações de posse. Explicou que logo
123 após a visita *in loco* será instituído uma Câmara Setorial Rural, disse que são reuniões menores com
124 a participação das partes interessadas com objetivo de solucionarem o caso. Em seguida o Dr. Regis

**ATA DA REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM
OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS
SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS - RURAL**

125 Aquino perguntou se existe um cronograma dessas visitas e agradeceu a participação e se colocou à
126 disposição. Dr. Rômulo Ferraz respondeu que a visita ao acampamento dependerá do Dr. Alberto
127 Diniz, pois é quem presidirá a reunião. Em seguida a Sr.^a Ana Rita solicitou que a CUTRALE
128 apresente a documentação de posse da área. Na sequência e para melhor entendimentos o Sr. Lázaro
129 citou as deliberações, a saber: o CEJUS Social irá encaminhar ofício ao Juiz da Vara Agrária do
130 Estado de Minas Gerais para atuarem conjuntamente no processo; o CEJUS Social agendará uma
131 atividade de mediação no município do Prata, momento em que encontrará com todas as partes do
132 conflito; a Mesa de Diálogo irá acompanhar o trabalho da comitiva do CEJUS Social; a SEDPAC
133 fará solicitação para acompanhar as reuniões de planejamento da PM; a Secretaria Executiva da
134 Mesa de Diálogo encaminhará um ofício a PM, solicitando informações sobre os critérios de
135 utilização das aeronaves nos procedimentos preparatórios e de reintegração de posse; o conflito será
136 acompanhado diretamente pela Câmara Setorial Rural e a Defensora Pública Dr.^a Ana Cláudia irá
137 avaliar a situação da matrícula 496 e a respectiva instrução probatória nos autos, como cautela
138 necessária ao Estado em apoio às ações de reintegração de posse. Ao final o coordenador do
139 acampamento o Sr. Carlos Alberto (Carlão) agradeceu aos membros da Mesa de Diálogo e disse que
140 estão abertos para qualquer tipo de diálogo. Acatados os encaminhamentos, foi passado a palavra
141 para o Sr. Diretor Técnico da RURALMINAS, Alexandre de Lima Chumbinho para dar
142 continuidade aos trabalhos da Mesa de Diálogo. A representante da Universidade Federal de Minas
143 Gerais a Sr.^a Maria de Fátima A. Martins pediu a palavra para dar os informes referente a **Ocupação**
144 **da Fazenda Piabanha em Salto da Divisa** repassou a palavra para os membros da Comissão
145 Pastoral da Terra (CPT) fazerem o relato da situação do acampamento. Com a palavra o Sr. Edivaldo
146 Ferreira Lopes disse que no dia 06 de outubro de 2015 foram visitar o acampamento para dialogarem
147 com os ocupantes atendendo um pedido da Secretaria de Meio Ambiente. Na qual foram
148 surpreendidos com ameaças e agressões físicas por jagunços, explicitando assim suas indignações.
149 No oportuno informou que não foi realizada a regularização fundiária da área. Disse ainda quando
150 tiveram ciência de um projeto de exploração da área, imediatamente fizeram denúncia a Assembleia
151 Legislativa de Minas Gerais (ALMG), pois o projeto estava ligado a uma mineradora, falou que
152 possivelmente a área é devoluta e solicitou que façam uma vistoria na área para serem informados de
153 fato quem é o proprietário. Dando continuidade a irmã Geraldinha pediu segurança e agilidade nos
154 processos para evitarem conflitos e disse que está bastante temerosa com tudo que aconteceu. Logo
155 após o Dr. Afonso disse que este caso remete o reconhecimento de violência no campo e que acredita

**ATA DA REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM
OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOVVIDOS
SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS - RURAL**

156 que o Estado tenha que acionar a segurança pública. Solicitou que este caso seja tratado com
157 prioridade e sugeriu que a SEDPAC faça o contanto no local o mais breve possível com objetivo de
158 apurar melhor os fatos. Dando sequencia a reunião o Sr. Alexandre Chumbinho tirou os
159 encaminhamentos, a saber: a SEDPAC ficará responsável de inserir os Senhores Edivaldo Ferreira e
160 Paulo André no Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos – PPDDH; os próprios
161 atingidos desse ato de violência busquem as autoridades locais para tomarem as devidas
162 providências; seja realizada uma notificação a delegacia local para garantir a integridade física e
163 moral dos defensores; a Defensoria Pública notifique a RURALMINAS para levantamento da área
164 do conflito se são devolutas ou não; a SEDPAC realize um relatório minucioso desses últimos fatos,
165 para posteriormente que seja assinado conjuntamente envolvendo todos os órgãos competentes do
166 governo e a Mesa de Diálogo enviará um ofício a Secretaria de Estado do Meio Ambiente solicitando
167 informações sobre a situação do Parque Estadual Alto Cariri e segurança na área pelo Estado. Não
168 havendo ninguém mais que quisesse fazer uso da palavra sobre o caso em questão, passou-se para o
169 próximo item de pauta, que se trata a **Ocupação da Fazenda Manga do Gustavo**. O Dr. Afonso
170 contextualizou todo processo, apresentou que o processo está na Advocacia Geral do Estado e
171 solicitou que o Sr. Aldenir Viana Pereira acompanhe o processo representando o Estado, pois teria
172 informações quanto ao caso. Na sequencia o Sr. Alexandre Chumbinho solicitou ao Sr. Aldenir que
173 esclarecesse melhor o processo. Sendo assim, o Sr. Aldenir disse que existe uma pendencia, devido a
174 vários motivos que vem prejudicando o andamento dos trabalhos e disse ainda que aguardam o
175 “*sinal verde*” da AGE para dar continuidade ao trabalho. Logo após o Dr. Danilo Castro,
176 representante da Advocacia Geral do Estado disse que precisa analisar melhor essa questão na AGE.
177 Pelos relatos adquiridos a situação dessa área precisa ser resolvida, é necessária a informação se a
178 terra é devoluta ou não. A informação recente que Fundação Tinô da Cunha tem interesse em
179 negociar, informou como se daria as divisões da terra, a fundação ficaria com uma parte e o restante
180 sobre propriedade do Estado. Ressaltou que a AGE esta ao lado do governo, e é necessário definir
181 juridicamente a ação, para possibilitar a resolução do conflito que esta encaminhando para uma
182 solução vitoriosa. A posição da AGE é que o Estado ingresse no processo com a proposta para
183 acordo, pois o Estado não é parte ainda no processo. Em seguida o Sr. Marcos representante da
184 Fundação relatou que a instituição tem um débito com o governo federal impagável, para tanto a
185 fundação esta tentando sobreviver e se colocaram aberto as negociações. Elucidou suas preocupações
186 e deseja resolução deste processo o mais breve possível. Diante do exposto o Sr. Alexandre ponderou

**ATA DA REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM
OCUPAÇÕES URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS
SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS - RURAL**

187 dizendo que se pressupõe que a fundação tem a posse, porém não é proprietária da área, concluiu
188 dizendo que todos querem o acordo, mas necessário saber como equacionar juridicamente. Dr.^a Ana
189 Cláudia disse que é relevante colocar judicialmente o caso e fez questão de passar o histórico do
190 processo para melhor entendimento, disse ainda que é importante trazer a Mesa de Diálogo com
191 objetivo de assegurar a segurança jurídica da permanência das pessoas na área. Para tanto aguardam
192 oficialmente do Estado o compromisso em permanecer com a segurança das famílias e a
193 regularização fundiária. A irmã Geraldinha explicitou que as 17 (dezessete) famílias continuam no
194 local. Ressaltou que com todas as dificuldades da fundação, ainda sim estão melhor que as famílias,
195 pois estas estão na beira do rio e precisam de respeito. Informou que já foi realizado todo um
196 levantamento da situação e o processo não avançou. Afirmou dizendo que a terra é do Estado, e é
197 preciso tirar essa decisão juridicamente e pediu mais empenho e agilidade do Estado nesse processo.
198 Na oportunidade o Dr. Afonso disse que o Juiz escreve que não há terras devolutas no Estado de
199 Minas Gerais (MG), sobretudo é necessário habilitar a SEAPA a se instrumentalizar e concretizar a
200 negociação. O Sr. Aldenir sugeriu saírem da reunião com propostas mais concretas. O Sr. Marcos
201 elucidou dizendo que procuram possibilitar que a área seja cedida aos assentados, porém almejam
202 que a maior parte da área fique para a fundação, evidente que a fundação não vai descartar a
203 possibilidade de receber a área legalizada pelo Estado, disse ainda que irão fazer todos os acordos,
204 informando que seguem orientação do Ministério Público. Continuou o Dr. Danilo de Castro disse
205 que a manifestação da AGE está concluída, irá prestar o auxílio necessário, ponderou que o mérito
206 do acordo cabe a SEDA e a RURALMINAS por questões técnicas e solicitou que o Dr. Afonso
207 alinhe internamente no Ministério Público para facilitar o andamento dos trabalhos. Dando
208 continuidade o Sr. Alexandre Chumbinho disse que o processo depende da parte técnica e política,
209 informou que o processo é discriminatório, sendo assim um processo rápido, em seguida explicou a
210 composição do grupo discriminatório. Na oportunidade o Sr. Aldenir propôs os envolvidos se
211 reunirem no período da tarde, com objetivo de fazerem a prévia marcação da área e depois enviar aos
212 técnicos responsáveis por este trabalho. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa de
213 Diálogo deu por encerrada a reunião, ato este precedido da lavratura dessa ata.

214 Belo Horizonte, 20 de outubro de 2015.